



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará

Aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 05/2015
Revisado pela Resolução do Órgão Especial nº 08/2019

Fortaleza
2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo

Presidente

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Vice-Presidente

Desembargador Teodoro Silva Santos

Corregedor-Geral da Justiça

Luis Eduardo de Menezes Lima

Superintendente da Área Administrativa

Sérgio Mendes de Oliveira Filho

Secretário de Planejamento e Gestão



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Grupo Representativo para a Construção do Plano Estratégico 2015-2020

Secretaria de Planejamento e Gestão

VALIDAÇÃO

Comitê Estratégico

EQUIPE DE REVISÃO

Secretaria de Planejamento e Gestão

Unidades gestoras de metas

VALIDAÇÃO

Comitê Executivo



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1
2	IDENTIDADE INSTITUCIONAL	3
2.1	Missão do TJCE.....	3
2.2	Visão do TJCE.....	3
2.3	Valores	3
3	MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE	5
4	INDICADORES E METAS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	6
	ANEXO I – FICHA DE INDICADORES	25
	ANEXO II – METAS NACIONAIS CNJ.....	31
	ANEXO III – LISTA DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS.....	35



1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará para o período 2015-2020, em conformidade com a Resolução CNJ 198/2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

O Planejamento Estratégico consiste em uma técnica que pressupõe intenso conhecimento da organização de uma instituição bem como das influências por ela recebidas por meio das mudanças do ambiente nos aspectos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, mantendo-a sempre em condições de prestar serviço de qualidade ao seu usuário.

Uma vez que o Plano Estratégico, conduzido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, chegou ao final de sua vigência (2010-2014), foi necessário envidar esforços que resultassem na construção do novo Plano Estratégico para o período compreendido entre os anos de 2015 a 2020. Para dotar de diretrizes o período do novo Plano Estratégico, bem como a gestão estratégica do Judiciário a nível nacional, o CNJ publicou a Resolução nº 198/2014. Entre os atributos trazidos pela norma, foram lançados 11 macrodesafios, cujos propósitos são oferecer objetivos de melhoria do serviço aos quais o Judiciário de todo o país perseguirá.

Construído de acordo com a metodologia Balanced Scorecard (BSC), o Plano Estratégico; aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015 e revisado pelas Resoluções nº 07, de 19 de maio de 2017; nº 16, de 24 de maio de 2018; e nº 08, de 06 de junho de 2019; trouxe a definição da identidade organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará junto a outros itens como objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos. A referida metodologia busca tratar as diversas demandas de melhoria gerencial de uma organização em três perspectivas que se complementam mutuamente: recursos, procedimentos e sociedade.

Dessa forma, na busca pela continuidade do aprimoramento da gestão estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), nos últimos meses do ano de 2014, foram realizados os trabalhos necessários para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2015-2020. Pontue-se que a elaboração de um plano



estratégico rigoroso, considerando as características estruturais do Poder Judiciário do Estado do Ceará, se dá com participação/representação ampla das pessoas envolvidas com o trabalho realizado pela Instituição, bem como com o devido mapeamento e crítica das particularidades que impactam a prestação do serviço judiciário.

Alinhados aos objetivos, foram estabelecidos indicadores e metas que possibilitarão cada qual, ao seu turno, a medição do empenho para o alcance dos objetivos, bem como a projeção de resultados para os próximos períodos, tendo o ano de 2020 como horizonte. Para cada meta, há um gestor vinculado, o qual será responsável pelo empreendimento de ações para seu respectivo cumprimento.

Ademais, importante salientar que a Resolução nº 05 de 2015 do Órgão Especial determina que sejam incluídas anualmente, no Plano Estratégico 2015-2020, as metas Nacionais estipuladas para a Justiça Estadual nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário.

Por sua vez, foram definidas iniciativas cujo intuito é organizar e concretizar as ações tidas como necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos do Plano 2015-2020. Optou-se por agrupar as iniciativas em programas estratégicos. Cada programa busca atender grandes demandas por meio da associação de iniciativas inicialmente distintas, porém semelhantes quando considerado o propósito maior de um determinado programa. Desta forma, 07 programas foram estabelecidos para pautar as linhas de atuação do Plano Estratégico no decorrer de seu período de vigência:

1.	Aprimoramento do atendimento à sociedade;
2.	Aprimoramento da gestão de pessoas;
3.	Aperfeiçoamento da gestão financeira;
4.	Desenvolvimento da governança corporativa e da gestão judiciária;
5.	Melhoria da estrutura física e de TIC;
6.	Excelência no desempenho da prestação jurisdicional; e
7.	Celeridade na prestação jurisdicional.



2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

2.1 Missão do TJCE

A definição da Missão institucional destina-se a conferir um senso de propósito ao Poder Judiciário. Sintetizada numa única frase, refere-se à razão da existência da Instituição e procura esclarecer o compromisso e o dever dela para com a sociedade, partindo da resposta às perguntas: por que a instituição existe? O que ela faz e para quem?

A Missão do Poder Judiciário do Estado do Ceará está assim definida:

“Garantir direitos para realizar Justiça”.

2.2 Visão do TJCE

A Visão é a descrição do cenário ou sonho institucional, relacionado com a projeção de oportunidades futuras, apontando para onde o Judiciário quer chegar e como quer ser percebido ou reconhecido pelo meio ambiente interno e externo que o envolve.

O estabelecimento da Visão institucional parte de um exercício das aspirações para se constituir em elemento de motivação das pessoas na persecução dos horizontes traçados. Nela, os desejos para o futuro da organização devem cristalizar-se numa frase, que tenha a força de comunicação necessária para engajar todos na sua busca.

A Visão institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará é:

“Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça”.

2.3 Valores

Os valores retratam em que o Poder Judiciário do Estado do Ceará acredita e o que pratica. Representam virtudes desejáveis ou características que norteiam as



suas ações, estabelecem limites e orientam as atitudes e comportamentos de seus membros.

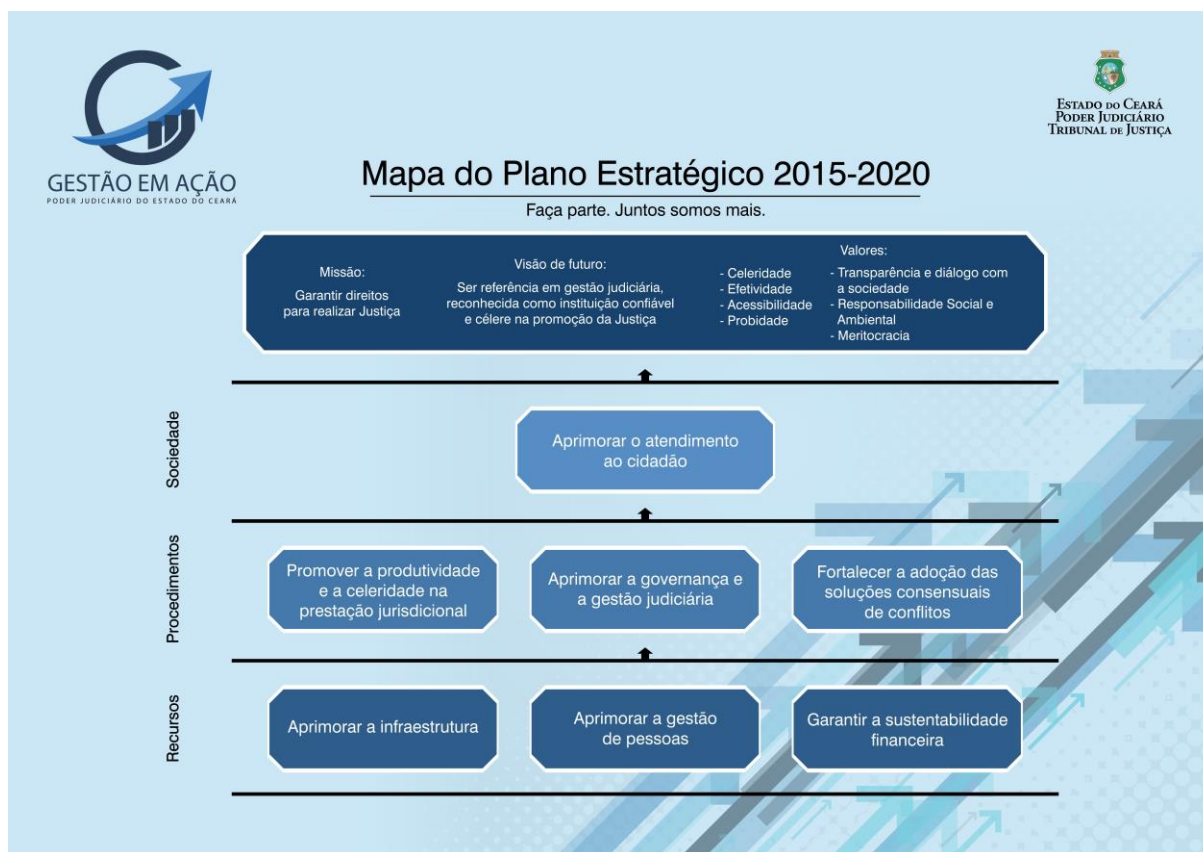
Os valores do Poder Judiciário cearense foram formalizados por meio de atributos de valor para a sociedade, quais sejam:

Celeridade	Garantir a solução ágil dos processos, de modo a proporcionar a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda.
Efetividade	Ampliar o grau de satisfação da sociedade, atingindo os resultados propostos e solucionando problemas existentes.
Acessibilidade	Criar as condições para o acesso à Justiça e a promoção da efetiva tutela dos direitos fundamentais.
Probidade	Atuar de maneira íntegra, almejando o interesse da sociedade, baseando sua atuação na legalidade.
Transparência e diálogo com a sociedade	Disponibilizar e comunicar à sociedade seus atos administrativos, ações e resultados de forma clara e acessível.
Responsabilidade social e ambiental	Atuar para que as dimensões sociais e ambientais estejam em equilíbrio, de modo a promover o desenvolvimento sustentável.
Meritocracia	Determinar o fator mérito como pressuposto para a distribuição de cargos e tarefas dos colaboradores da Instituição.

3 MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE

O Mapa Estratégico representa visualmente a estratégia do Judiciário cearense para o período de 2015-2020, estabelecendo claramente as prioridades a serem atendidas e definindo o foco de atuação da organização.

Para o alcance da missão institucional e da visão de futuro estabelecidos no referido Plano, foram definidos 07 objetivos estratégicos, distribuídos em 03 diferentes perspectivas: Recursos, Procedimentos e Sociedade. Pontue-se que os objetivos estratégicos definem o que deve ser alcançado e o que é crítico para o sucesso da organização.



4 INDICADORES E METAS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram elaborados por meio das necessidades e diretrizes apresentadas na fase de diagnóstico. A Visão “Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça” é a força-motriz que estimulará os objetivos estratégicos. Importante destacar que ela possui 02 (dois) indicadores específicos, a saber:

- **Índice de satisfação do jurisdicionado*:** mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Descrição da Meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação do jurisdicional até 2020.
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão

* Indicador reestruturado em 2019.

- **Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país*:** mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.

Descrição da Meta	Posicionar-se, até 2020, entre os 5 tribunais com melhor desempenho do país em, no mínimo, 3 dos seguintes indicadores: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão

* Indicador válido a partir de 2019.



A estrutura do documento considerou que um objetivo estratégico apresenta um ou mais indicadores e a cada indicador está relacionada uma meta específica a ser desenvolvida até 2020.



Objetivo Estratégico nº 01

Aprimorar o atendimento ao cidadão

Descrição do objetivo

Refere-se à busca pela excelência no atendimento aos usuários da Justiça Estadual, apoiando iniciativas que agilizam e facilitam o acesso aos serviços disponibilizados, bem como atendam às necessidades e demandas da sociedade.

Indicadores relacionados

3) Índice de satisfação com o atendimento*

Descrição da meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação com o atendimento até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	50,0%	-
Gestor das metas	Superintendência da Área Judiciária					

(-) Não disponível.

* Indicador reestruturado em 2019.

Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Modernização dos portais TJCE	13/07/2016
Criação de Política de Atendimento ao Jurisdicionado	23/05/2017
Criação da Central Única de Atendimento ao Jurisdicionado	30/11/2018



Iniciativa em andamento	Previsão de término
Desenvolvimento de Sistema de Requerimento e Emissão Eletrônica de Certidões	Julho de 2019

Objetivo Estratégico nº 02



Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional

Descrição do objetivo

Consiste na adoção de um conjunto de medidas de curto e longo prazos que visam dotar o Judiciário Estadual de maior eficiência operacional, garantindo, assim, melhores índices de produtividade e maior celeridade na tramitação e julgamento dos processos judiciais. Entre elas, estão medidas que buscam reduzir o congestionamento processual, facilitar o trâmite dos processos e otimizar as rotinas administrativas.

Indicadores relacionados

4) Índice de cumprimento das Metas Nacionais*

Descrição da meta	Elevar para 80,0% o percentual de cumprimento das Metas Nacionais até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	75,0%	80,0%
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

5) Índice de atendimento à demanda*

Descrição da meta	Aumentar para 138,0% o percentual de atendimento à demanda até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	124,0%	138,0%
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

6) Sentença por magistrado*



Descrição da meta	Aumentar para 1.594 a média de sentenças por magistrado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	1.431	1.594
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

7) Índice de produtividade do servidor*

Descrição da meta	Aumentar para 178 o índice de produtividade do servidor, até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	156	178
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

8) Taxa de congestionamento*

Descrição da meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 68,4% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	70,8%	68,4%
Gestor das metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador reestruturado em 2019.



Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados	24/09/2015
Criação de Secretarias Únicas Especializadas	25/02/2016
Transformação de processos estratégicos	17/08/2016
Uniformização da jurisprudência em demandas repetitivas	28/11/2016
Melhoria das estatísticas processuais	20/01/2017
Garantia da efetividade das audiências	22/03/2017
Implantação do processo eletrônico nas comarcas do interior	30/03/2017
Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais	20/04/2017
Análise, racionalização e manualização dos processos dos setores integrantes da Secretaria Judiciária	18/09/2017
Implantação do SAJ no interior	18/10/2018
Expansão dos serviços da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC)	05/12/2018
Implantação da citação e intimação eletrônica no SAJ-SG	12/11/2018
Aprimoramento da Justiça Criminal	20/11/2018
Implantação de Videoconferência	06/12/2018
Criação do Núcleo de Qualidade de Informação	29/01/2019
Implantação do Sistema de Peritos, Intérpretes e Tradutores (SIPER)	29/01/2019
Implantação do Sistema de Estatística e Informações (SEI)	31/01/2019
Implantação de videoconferência nas comarcas do Poder Judiciário	30/04/2019
Implantação de programa de estágio de pós-graduandos	10/06/2019



Iniciativas em andamento	Previsão de término
Implementação do Programa de Capacitação Continuada	Junho de 2019
Contratação de juízes leigos para os juizados especiais	Julho de 2019
Criação de matrizes de decisão no SAJ para posterior inclusão de autotexto	Agosto de 2019
Padronização e integração do mandado de prisão	Novembro de 2019
Aprimoramento da rede de dados	Dezembro de 2019
Implantação da intimação das partes por meio de ferramenta whatsapp nas unidades judiciárias do 1º grau	Dezembro de 2019
Expansão da citação e intimação eletrônica para todas as comarcas do Estado do Ceará	Dezembro de 2019
Implantação do Eficiência.jus	Janeiro de 2020
Expansão da reestruturação judiciária	Dezembro de 2019
Expansão SAJ-Eletrônico	Fevereiro de 2020
Expansão do Sistema de Estatística e Informações (SEI)	Maio de 2020
Padronização das rotinas de secretaria judiciária e de gabinetes	Agosto de 2020
Instalação da Secretaria Judiciária do 1º Grau	Setembro de 2020
Digitalização do acervo processual físico das comarcas do interior do Estado	Dezembro de 2020
Implantação de certificação de excelência em gestão nas unidades judiciárias	Fevereiro de 2021

Iniciativa não iniciada
Criação de banco de sentenças



Objetivo Estratégico nº 03

Aprimorar a governança e a gestão judiciária

Descrição do objetivo

Visa atender aos Sistemas de Governança Corporativa e de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme Resolução do Órgão Especial nº 11/2018. Busca consolidar a prática da gestão abrangente e participativa como meio para o aprimoramento dos processos decisórios do Órgão.

Indicadores relacionados

9) Índice de governança e gestão do Judiciário*

Descrição da meta	Elevar o nível de governança e gestão para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	85,0%	90,0%
Gestor das metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador reestruturado em 2019.

Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento dos Serviços Extrajudiciais (SASE)	11/12/2017
Informatização das atividades da Auditoria	22/05/2018
Aprimoramento da Gestão da Despesa	24/05/2018
Desenvolvimento do Modelo de Governança Orçamentária	25/05/2018



Iniciativa em andamento	Previsão de término
Implantação do sistema integrado de gestão estratégica	Agosto de 2020



Objetivo Estratégico nº 04

Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos

Descrição do objetivo

Busca viabilizar as condições necessárias para garantir a adoção de métodos de solução consensual de conflitos que viabilizem a pacificação social e contribuam para que o Poder Judiciário se torne mais ágil e acessível.

Indicadores Relacionados

10) Índice de conciliação do Justiça em Números (Meta 3)*

Descrição da meta	Aumentar, anualmente, em 2,0% o índice de conciliação em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	Índice de conciliação 2018 + 2%	Índice de conciliação 2019 + 2%
Gestor das metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Criação de Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos	29/11/2016
Estruturação dos Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos (Cejuscs)	31/01/2019



Iniciativa em andamento	Previsão de término
Aprimoramento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) da entrância final	Maio de 2020



Objetivo Estratégico nº 05

Aprimorar a infraestrutura

Descrição do Objetivo

Visa investir na melhoria das instalações físicas e da infraestrutura tecnológica das unidades administrativas e judiciárias, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho para os integrantes do Judiciário Estadual e de segurança e acessibilidade para os usuários da Justiça.

Indicadores Relacionados

11) Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura

Descrição da meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gestor das metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

12) Índice de incremento em investimento

Descrição da meta	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	Investimento 2016 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2017 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2018 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2019 + variação da UFIRCE + 5%
Gestor das metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.



13) Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Descrição da meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Fórum novo de Itapipoca	31/08/2015
Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	19/12/2017
Comunicação de dados	17/04/2017
Adaptação de Residência Oficial para funcionamento do Fórum de Independência	24/08/2017
Adaptação de Residência Oficial para funcionamento do Fórum de Santa Quitéria	25/09/2017
Adaptação de prédio para funcionamento do Fórum de Iracema	21/03/2018
Implantação do programa de segurança corporativa da informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará	23/05/2018
Construção do novo Fórum de Itapajé	19/12/2018
Construção do novo Fórum de Russas	18/01/2019



Iniciativas em andamento	Previsão de término
Ampliação e aprimoramento da segurança institucional	Setembro de 2019
Reforma e ampliação de segurança do Fórum de Caucaia	Novembro de 2019
Migração de telefonia	Janeiro de 2020
Construção do novo Fórum de Senador Pompeu	Fevereiro de 2020
Desativação do Sistema Processual (SPROC)	Fevereiro de 2020
Construção do novo Fórum de Várzea Alegre	Maio de 2020
Reforma do Fórum do Crato	Novembro de 2020
Construção do Novo Fórum de Uruburetama	Novembro de 2020
Construção do Novo Fórum de Santa Quitéria	Fevereiro de 2021



Objetivo Estratégico nº 06

Aprimorar a Gestão de Pessoas

Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de estabelecer e implementar uma Política de Gestão de Pessoas que promova a capacitação e o reconhecimento dos integrantes do Judiciário Estadual; adote um modelo de gestão por competências com a finalidade de estabelecer processo permanente de desenvolvimento dos magistrados e servidores; e proporcione força de trabalho adequada.

Indicadores Relacionados

14) Índice de aprimoramento de magistrados

Descrição da meta	Elevar o índice de aprimoramento de magistrados para 33,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	27,0%	30,0%	33,0%
Gestor das metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

(-) Não disponível.

15) Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas

Descrição da meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.



Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas	31/10/2016
Aprimoramento Administrativo e Pedagógico da Esmec	12/06/2018
Reestruturação da Secretaria de Gestão de Pessoas	15/04/2019

Iniciativas em andamento	Previsão de término
Realização de concurso público para servidores	Julho de 2019
Instituição da Política de Gestão de Pessoas	Outubro de 2019
Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho por Competências	Dezembro de 2019
Implantação da GAM individual	Setembro de 2020
Implantação de solução integrada e informatizada de folha de pagamento e de gestão de pessoas	Setembro de 2020



Objetivo Estratégico nº 7

Garantir a Sustentabilidade Financeira

Descrição do Objetivo

Busca garantir a destinação de recursos orçamentários para o desenvolvimento das iniciativas e metas institucionais, com vistas a atingir os objetivos do Plano Estratégico.

Indicadores Relacionados

16) Índice de incremento da arrecadação

Descrição da meta	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	R\$129.952.594,00	Arrecadação 2017 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2018 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2019 + variação da UFIRCE + 4,0%
Gestor das metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

17) Índice de recurso próprio em custeio e investimento

Descrição da meta	Elevar o índice de recurso próprio para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	86,7%	88,5%	90,0%
Gestor das metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.



18) Índice de execução do orçamento planejado

Descrição da meta	Elevar o percentual de execução do orçamento para 95,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	88,0%	91,5%	95,0%
Gestor das metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

Iniciativas relacionadas

Iniciativas concluídas	Data de conclusão
Incremento na arrecadação do Poder Judiciário cearense	28/10/2016
Sistema Único do Fermoju (SISUFERMOJU)	28/10/2016
Aprimoramento da Gestão da Despesa	24/05/2018
Selo Digital Extrajudicial	21/05/2019

Iniciativas em andamento	Previsão de término
Padronização das rotinas relacionadas às custas judiciais	Janeiro de 2020
Instalação de sistema fotovoltaico conectado à rede dos Fóruns de Itapajé e Russas	Fevereiro de 2020
Implantação do sistema de correção e inspeção extrajudiciais	Maio de 2020



ANEXO I – FICHA DE INDICADORES

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

Indicador 01: Índice de satisfação do jurisdicionado*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	36,9% (média dos resultados de 2015 e 2016)					
Descrição da Meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação do jurisdicionado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	50,0%	-
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 02: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 5 tribunais estaduais com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	0					
Descrição da Meta	Posicionar-se, até 2020, entre os 5 tribunais estaduais com melhor desempenho no país em, no mínimo, 3 dos seguintes indicadores: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	3	3
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

* Indicador válido a partir de 2019.



Indicador 03: Índice de satisfação com o atendimento*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento ao cidadão.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação com o atendimento respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	39,7% (média dos resultados de 2015 e 2016)					
Descrição da Meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação com o atendimento até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	50,0%	-
Gestor das Metas	Superintendência da Área Judiciária					

(-) Não disponível.

* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 04: Índice de cumprimento das Metas Nacionais*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Obs: As Metas Nacionais com caráter administrativo não serão consideradas no cálculo deste indicador.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Percentual médio de cumprimento das Metas Nacionais definidas pelo CNJ para o ano vigente.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	69,0% (2018)					
Descrição da Meta	Elevar para 80,0% o percentual de cumprimento das Metas Nacionais até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	75,0%	80,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 05: Índice de atendimento à demanda*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(número de processos baixados / número de casos novos) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	106,0% (2018)					
Descrição da Meta	Aumentar para 138,0% o percentual de atendimento à demanda até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020



	-	-	-	-	124,0%	138,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 06: Sentença por magistrado*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o volume de sentenças proferidas e o número de magistrados que atuaram no período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de sentenças / número de magistrados					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	998 (2018)					
Descrição da Meta	Aumentar para 1.594 a média de sentenças por magistrado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	1.431	1.594
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 07: Índice de produtividade do servidor*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores que atuaram no período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de processos baixados / número de servidores					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	126 (2018)					
Descrição da Meta	Aumentar para 178 o índice de produtividade do servidor, até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	156	178
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 08: Taxa de congestionamento*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	74,7% (2018)					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 68,4% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	70,8%	68,4%



Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça
-------------------------	-------------------------------

(-) Não disponível.

* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 09: Índice de governança e gestão do Judiciário*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança e a gestão judiciária.					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos padrões definidos em instrumento próprio de avaliação, construído com base nos Sistemas de Governança Corporativa e de Gestão Estratégica vigentes na instituição, e em modelos externos sobre Governança Pública.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	% de atendimento do instrumento de mensuração de governança e gestão utilizado.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	77,74% (média dos resultados de 2015 a 2018)					
Descrição da Meta	Elevar o nível de governança e gestão para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	85,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 10: Índice de conciliação do Justiça em Números (Meta 3)*						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o índice dos acordos processuais e pré-processuais homologados em relação ao total de decisões e audiências de conciliação realizadas no 1º e 2º graus.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento da Meta Nacional 3.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	12,64%					
Descrição da Meta	Aumentar, anualmente, em 2,0% o índice de conciliação em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Metas anuais	-	-	-	-	Índice de conciliação o 2018 + 2%	Índice de conciliação o 2019 + 2%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 11: Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a infraestrutura.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do plano da Secretaria de Administração e Infraestrutura (Seadi).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do plano setorial da Seadi.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020



	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

Indicador 12: Índice de incremento em investimento						
Objetivo Estratégico:	Aprimorar a infraestrutura.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermaju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento em investimento com relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	Investimento o 2016 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento o 2017 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento o 2018 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento o 2019 + variação da UFIRCE + 5%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

Indicador 13: Índice de execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a infraestrutura.					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% cumprimento das metas do Plano Estratégico de TIC 2015-2020 em relação às metas do ano vigente. Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico de TIC 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador de execução do Plano Estratégico de TIC. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, atribuir valor "zero".					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	91,37%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

Indicador 14: Índice de aprimoramento de magistrados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.
Descrição do	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados



Indicador	pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	26,2% (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o índice de aprimoramento de magistrados para 33,0% até 2020.					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	27,0%	30,0%	33,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

(-) Não disponível.

Indicador 15: Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Gestão de Pessoas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

Indicador 16: Índice de incremento da arrecadação						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 108.027.779,93 (arrecadação 2015)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	R\$129.952.594,00	Arrecadação 2017 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2018 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2019 + variação da UFIRCE + 4,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.



Indicador 17: Índice de recurso próprio em custeio e investimento						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas para o exercício (exceto despesas pagas em folha), que são lastreadas por recurso próprio.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{orçamento (Lei + Crédito)} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de recurso próprio para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	86,7%	88,5%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

Indicador 18: Índice de execução do orçamento planejado						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas no Fermoju e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) para o exercício, que foram executadas.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{orçamento executado} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	74,8% (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o percentual de execução do orçamento para 95,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	88,0%	91,5%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

ANEXO II – METAS NACIONAIS CNJ



Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2015 (Justiça Estadual)

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.

Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

Meta 3 – Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos Estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.

Meta 4 - Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra administração pública distribuídas até 31/12/2012.

Meta 6 - Identificar e julgar até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Meta 7 – Implementar gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2016 (Justiça Estadual)

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.

Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Meta 3 – Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSCs.



Meta 4 - Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra administração pública distribuídas até 31/12/2013.

Meta 5 - Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.

Meta 6 - Identificar e julgar até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.

Meta específica – Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior, até 31/12/2016.

Meta específica – Mapear 100% das competências das funções da justiça de Primeiro e Segundo Graus, até 31/12/2016, para subsidiar a implantação da gestão por competências.

Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2017 (Justiça Estadual)

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2017.

Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Meta 4 - Identificar e julgar até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 – Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017.

Meta 6 - Identificar e julgar até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 2º grau.



Meta 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2017.

Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2018 (Justiça Estadual)

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados em 2018.

Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Meta 4 - Identificar e julgar até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 – Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018.

Meta 6 - Identificar e julgar até 31/12/2018, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.

Meta 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2018.

Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2019 (Justiça Estadual)

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados.

Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.



Meta 3 - Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.
Meta 4 - Identificar e julgar até 31/12/2019, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2016, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.
Meta 6 - Julgar até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.
Meta 8 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.

ANEXO III – LISTA DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

Nº	Programa	Benefícios organizacionais
1	Aprimoramento do atendimento à sociedade	Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade
		Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria
		Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado
2	Aprimoramento da gestão de pessoas	Maior valorização e reconhecimento dos servidores
		Melhoria do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho
		Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados e dos servidores
		Aprimoramento da governança em gestão de pessoas
		Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho
3	Aperfeiçoamento da gestão financeira	Incremento da arrecadação
		Otimização da gestão de custos
4	Desenvolvimento da governança corporativa e da	Aprimoramento do modelo de gestão
		Otimização da execução da estratégia



	gestão judiciária	Aprimoramento da gestão participativa
		Melhoria da gestão das informações gerenciais e estatísticas
		Aprimoramento da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Aprimoramento da gestão de processos de trabalho
		Melhoria da comunicação interna
		Estabelecimento de sistemática para a gestão documental
5	Melhoria da estrutura física e de TIC	Desenvolvimento da Governança de TIC
		Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior
		Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC
		Ampliação da acessibilidade física e digital
		Melhoria da infraestrutura física
		Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação)
6	Excelência no desempenho da prestação jurisdicional	Aprimoramento da Justiça criminal
		Adequação e ampliação dos Juizados Especiais
		Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
		Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis
		Fortalecimento da gestão consensual de conflitos
7	Celeridade na prestação jurisdicional	Efetividade na realização das audiências
		Incremento do número de audiências por videoconferência
		Redução das taxas de congestionamento
		Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório
		Incremento de produtividade
		Aprimoramento dos serviços
		Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais
		Ampliação do número de secretarias únicas
		Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n
Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP: 60822-325 - Fone: (85) 3207-7000 - www.tjce.jus.br